



CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS PARA PROFESSOR I – ESPECIALISTA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ARAÇATUBA – FAC-FEA

Curso: DIREITO – Área: DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

PROVA OBJETIVA – 14/06/2024 – 14h

ORIENTAÇÕES PARA A PROVA:

1. Verifique se este caderno de provas contém 50 (cinquenta) questões objetivas;
2. As questões objetivas têm 04 (quatro) opções de resposta (A, B, C e D) e somente uma delas está correta.
3. Verifique se o caderno de prova está completo, sem repetições de questões ou falhas, solicitando outro aos fiscais, caso necessário;
4. A prova deve ser respondida com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente;
5. Reserve tempo suficiente para preenchimento do cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato.
6. Não se admitirá rasuras;
7. A fiscal não dará qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é de responsabilidade do candidato;
8. Durante a realização da prova não será permitido qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito;
9. Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que for encontrado, durante a realização da prova, portando telefone celular ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como computador portátil, *tablet's* ou similares e relógio digital. O candidato deverá desliga-los antes do início da prova.
10. A prova terá duração de 03 (três) horas.
11. Os últimos dois candidatos que permanecerem na sala deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então, deixarem juntos o local.
12. Aguarde a autorização para abrir o caderno de questões.
13. Ao final da prova devem ser entregues o caderno de questões e o cartão de respostas com o nome e a assinatura dos candidatos nos campos próprios para preenchimento e assinatura.
14. **Boa prova!**



CONCURSO PÚBLICO PARA O ENSINO SUPERIOR – FEA Nº 001/2024 14/06/2024

Prova: Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho

NOME: _____

ASSINATURA: _____

NOTA: _____

01. Sobre a Carteira de Trabalho e Previdência Social assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Carteira de Trabalho e Previdência Social é facultativa para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.
- b) A CTPS será emitida obrigatoriamente em meio eletrônico.
- d) O empregador terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para anotar na CTPS, em relação aos trabalhadores que admitir, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico,
- d) A CTPS regularmente emitida e anotada servirá de prova nos casos de dissídio na Justiça do Trabalho entre a empresa e o empregado por motivo de salário, férias ou tempo de serviço e para cálculo de indenização por acidente do trabalho ou moléstia profissional.

02. Sobre a jornada de trabalho regulamentada pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.
- b) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.
- c) As horas suplementares à duração do trabalho semanal normal serão pagas com o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário-hora normal.
- d) As horas suplementares da jornada de trabalho normal poderão ser compensadas diretamente até a semana imediatamente posterior à da sua execução, devendo ser feita a sua quitação na folha de pagamento do mês subsequente, caso não sejam compensadas.

03. Sobre os períodos de descanso na jornada de trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 12 (doze) horas consecutivas para descanso.
- b) Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.
- c) Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte e os intervalos de descanso serão computados na duração do trabalho.
- d) A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

04. Sobre o trabalho noturno, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Considera-se noturno o trabalho executado entre as 23 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.
- b) Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.



- c) A hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos.
- d) O acréscimo, a que se refere o art. 73, CLT, em se tratando de empresas que não mantêm, pela natureza de suas atividades, trabalho noturno habitual, será feito, tendo em vista os quantitativos pagos por trabalhos diurnos de natureza semelhante.

05. A prestação de serviços pelo empregado em regime de teletrabalho foi regulamentada pela Lei nº 13.467/2017 que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Sobre o “teletrabalho” assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Considera-se teletrabalho ou trabalho remoto a prestação de serviços fora das dependências do empregador, de maneira preponderante ou não, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não configure trabalho externo.
- b) O comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.
- c) O empregado submetido ao regime de teletrabalho ou trabalho remoto não poderá prestar serviços por jornada ou por produção ou tarefa.
- d) O regime de teletrabalho ou trabalho remoto não se confunde nem se equipara à ocupação de operador de telemarketing ou de teletendimento.

06. Sobre as férias do empregado, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo deixar o emprego e não for readmitido dentro de 30 (trinta) dias subsequentes à sua saída;
- b) Não será considerada falta ao serviço a ausência da empregada durante o licenciamento compulsório por motivo de maternidade ou aborto, observados os requisitos para percepção do salário-maternidade custeado pela Previdência Social;
- c) As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.
- d) É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

07. Sobre a Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008) assinale a alternativa CORRETA:

- a) A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.
- b) A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 3 (três) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.
- c) A concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, caracteriza vínculo empregatício.
- d) É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

08. Sobre a segurança e medicina do trabalho, de acordo com a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nenhum estabelecimento poderá iniciar suas atividades sem prévia inspeção e aprovação das respectivas instalações pela autoridade nacional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho.
- b) As empresas devem, obrigatoriamente, solicitar prévia aprovação, pela Delegacia Regional do Trabalho, dos projetos de construção e respectivas instalações.
- c) Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.
- d) O Delegado Regional do Trabalho, à vista do laudo técnico do serviço competente que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador, poderá interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargar obra. Da decisão do Delegado Regional do Trabalho poderão os interessados recorrer, no prazo de 15 (quinze) dias, para o órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho, ao qual será facultado dar efeito suspensivo ao recurso.



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ARAÇATUBA

Rua Maurício de Nassau, 1191 – CEP 16050-480 – Fone: (18) 3623-8098 – ARAÇATUBA – SP

C.N.P.J. 44.417.764/0001-52 LEI MUNICIPAL 1.306/67

09. A CLT determina que será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa), em conformidade com instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, nos estabelecimentos ou nos locais de obra nelas especificadas. Sobre a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA), assinale a alternativa CORRETA:

- a) O mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de 02 (dois) anos, permitida uma reeleição.
- b) Os titulares da representação dos empregados nas CIPA (s) não poderão sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.
- c) Os representantes dos empregadores, titulares e suplentes, serão por eles designados e os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio público, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados.
- d) Os empregados elegerão, dentre eles, o Presidente da CIPA e o empregador designará, anualmente, dentre os seus representantes, o Vice-Presidente.

10. Sobre o contrato individual de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não existe vínculo empregatício entre entidades religiosas de qualquer denominação ou natureza ou instituições de ensino vocacional e ministros de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, ou quaisquer outros que a eles se equiparem, ainda que se dediquem parcial ou integralmente a atividades ligadas à administração da entidade ou instituição a que estejam vinculados ou estejam em formação ou treinamento.
- b) Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade.
- c) O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente.
- d) O contrato de experiência não poderá exceder de 120 (cento e vinte) dias.

11. Sobre o aviso prévio, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço.
- b) Não é devido o aviso prévio na despedida indireta.
- c) O valor das horas extraordinárias habituais não integra o aviso prévio indenizado.
- d) O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de 1 (uma) hora diária, sem prejuízo do salário integral.

12. Sobre a estabilidade, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O empregado que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.
- b) O empregado acusado de falta grave poderá ser suspenso de suas funções, mas a sua despedida só se tornará efetiva após o inquérito e que se verifique a procedência da acusação.
- c) Reconhecida a inexistência de falta grave praticada pelo empregado, fica o empregador obrigado a readmiti-lo no serviço e a pagar-lhe os salários a que teria direito no período da suspensão.
- d) Haverá estabilidade no exercício dos cargos de diretoria, gerência ou outros de confiança imediata do empregador, com o cômputo do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

13. Sobre as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT), assinale a alternativa CORRETA:

- a) A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho nunca terão prevalência sobre a lei;
- b) As condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho nunca prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho.
- c) Não será permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho superior a dois anos, sendo permitida a ultratividade.
- d) Os Sindicatos só poderão celebrar Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, por deliberação de Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, consoante o disposto nos respectivos Estatutos, dependendo a validade da mesma do comparecimento e votação, em primeira convocação, de 2/3 (dois terços) dos associados da entidade, se se tratar de Convenção, e dos interessados, no caso de Acordo, e, em segunda, de 1/3 (um terço) dos mesmos.



14. Sobre a Comissão de Conciliação Prévia, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros;
- b) O termo de conciliação é título executivo judicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.
- c) É vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.
- d) Qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia se, na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria.

15. Considerando as Súmulas editadas pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 30% (trinta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- b) O só pagamento dos salários atrasados em audiência não ilide a mora capaz de determinar a rescisão do contrato de trabalho.
- c) O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.
- d) O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.

16. Sobre a estrutura da Justiça do Trabalho assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal;
- b) Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta anos de idade
- c) Compete ao Tribunal Superior do Trabalho processar e julgar, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões, bem como editar súmulas vinculantes.
- d) A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

17. Sobre a Lei nº 7.783/89 que dispõe sobre o exercício do direito de greve, entre outros temas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador.
- b) É vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.
- c) Caberá à entidade sindical correspondente convocar, na forma do seu estatuto, assembleia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços.
- d) Os servidores públicos tem lei específica para o exercício do direito à greve, conforme determina a Constituição da República Federativa do Brasil, sendo inaplicável a Lei nº 7.783/89.

18. Sobre contrato de trabalho doméstico, regido pela Lei Complementar nº 150/2015, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A duração normal do trabalho doméstico não excederá 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais, observado o disposto nesta Lei.
- b) O trabalho não compensado prestado em domingos e feriados deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.
- c) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda 30 (trinta) horas semanais.
- d) É vedada a contratação de menor de 18 (dezoito) anos para desempenho de trabalho doméstico.



19. Sobre o direito a greve, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
- b) Ao militar é permitida a sindicalização, mas proibida a greve.
- c) Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.
- d) A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, sendo que os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

20. Sobre as fontes do Direito do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A CLT admite a jurisprudência como fonte do Direito do Trabalho, mas não admite a equidade;
- b) A CLT não admite os princípios e normas gerais de direito como fonte do Direito do Trabalho, mas não admite os usos e costumes;
- c) A CLT admite a analogia como fonte do Direito do Trabalho, bem como o Direito comparado;
- d) A CLT define que o direito comum será fonte principal do direito do trabalho.

21. Sobre a prescrição no Direito do Trabalho, assinale alternativa INCORRETA:

- a) Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de cinco anos.
- b) A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.
- c) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.
- d) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

22. Sobre o trabalho rural, regulamentado pela Lei nº 5.889/73, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.
- b) Considera-se empregador, rural, para os efeitos desta Lei, a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividade agro-econômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados.
- c) Sempre que uma ou mais empresas, embora tendo cada uma delas personalidade jurídica própria, estiverem sob direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico ou financeiro rural, serão responsáveis subsidiariamente nas obrigações decorrentes da relação de emprego.
- d) Equipara-se ao empregador rural, a pessoa física ou jurídica que, habitualmente, em caráter profissional, e por conta de terceiros, execute serviços de natureza agrária, mediante utilização do trabalho de outrem.

23. Sobre o trabalho rural, regulamentado pela Lei nº 5.889/73, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ao menor de 18 anos é permitido o trabalho noturno.
- b) A prescrição dos direitos assegurados por esta Lei aos trabalhadores rurais só ocorrerá após cinco anos de cessação do contrato de trabalho.
- c) A contratação de trabalhador rural por pequeno prazo poderá ser realizada por produtor rural pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore diretamente atividade agro-econômica.
- d) Ao empregado rural maior de dezesseis anos é assegurado salário mínimo igual ao de empregado adulto.

24. Sobre o contrato de aprendizagem, regulamentado pela Lei nº 10.097/2000, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- b) O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos;
- c) A duração do trabalho do aprendiz não excederá de quatro horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ARAÇATUBA

Rua Maurício de Nassau, 1191 – CEP 16050-480 – Fone: (18) 3623-8098 – ARAÇATUBA – SP

C.N.P.J. 44.417.764/0001-52 LEI MUNICIPAL 1.306/67

d) Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

25. Sobre a estabilidade no Direito do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória.
- b) O empregado que contar mais de 05 (cinco) anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.
- c) Em caso de fechamento do estabelecimento, filial ou agência, ou supressão necessária de atividade, sem ocorrência de motivo de força maior, é assegurado aos empregados estáveis, que ali exerçam suas funções, direito à indenização.
- d) Quando a reintegração do empregado estável for desaconselhável, dado o grau de incompatibilidade resultante do dissídio, especialmente quando for o empregador pessoa física, o tribunal do trabalho poderá converter aquela obrigação em indenização.

26. Sobre a audiência de julgamento na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não havendo acordo na audiência de julgamento, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes.
- a) Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 20 (vinte) minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão.
- c) A parte reclamada poderá apresentar defesa escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico até a sentença.
- d) É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente. O referido preposto precisa ser empregado da parte reclamada.

27. Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de descon sideração da personalidade jurídica previsto nos arts. 133 a 137 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil. Sobre o referido incidente de descon sideração da personalidade jurídica, da decisão que acolher ou rejeitar o incidente na fase de cognição:

- a) Cabe agravo de instrumento;
- b) Cabe agravo de petição;
- c) Cabe recurso de revista;
- d) não cabe recurso de imediato, por se tratar de uma decisão interlocutória;

28. Sobre a execução trabalhista, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É competente para a execução das decisões o Juiz ou Presidente do Tribunal que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio.
- b) É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria.
- c) A execução será promovida pelas partes, sendo vedada a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal, em qualquer hipótese;
- d) Faculta-se ao devedor o pagamento imediato da parte que entender devida à Previdência Social, sem prejuízo da cobrança de eventuais diferenças encontradas na execução *ex officio*.

29. Sobre os embargos à execução, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 15 (quinze) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exeqüente para impugnação.
- b) Considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.
- c) A matéria de defesa não se restringe às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.



d) Não é permitido arrolar testemunhas nesta fase processual, haja vista ser incabível a produção de prova oral no julgamento dos embargos à execução.

30. Considerando as súmulas editadas pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Salvo nas hipóteses do art. 330 do CPC de 2015 (art. 295 do CPC de 1973), o indeferimento da petição inicial, por encontrar-se desacompanhada de documento indispensável à propositura da ação ou não preencher outro requisito legal, somente é cabível se, após intimada para suprir a irregularidade em 15 (quinze) dias, mediante indicação precisa do que deve ser corrigido ou completado, a parte não o fizer (art. 321 do CPC de 2015).
- b) Na ação rescisória, o que se ataca é a decisão, ato oficial do Estado, acobertado pelo manto da coisa julgada. Assim, e considerando que a coisa julgada envolve questão de ordem pública, a revelia não produz confissão na ação rescisória.
- c) A admissibilidade do recurso de revista interposto de acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiro, depende de demonstração inequívoca de violência indireta à Constituição Federal.
- d) O art. 493 do CPC de 2015 (art. 462 do CPC de 1973), que admite a invocação de fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito, superveniente à propositura da ação, é aplicável de ofício aos processos em curso em qualquer instância trabalhista. Cumpre ao juiz ou tribunal ouvir as partes sobre o fato novo antes de decidir.

31. Sobre as nulidades no Direito Processual do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A nulidade não será pronunciada quando argüida por quem lhe tiver dado causa.
- b) Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- c) A nulidade do ato não prejudicará os atos processuais anteriores, bem como os posteriores que dele dependam ou sejam consequência;
- d) O juiz ou Tribunal que pronunciar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.

32. Sobre as partes e seus procuradores nos processos trabalhistas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A constituição de procurador com poderes para o foro em geral poderá ser efetivada, mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.
- b) Nos dissídios coletivos é obrigatório aos interessados a assistência por advogado.
- c) Ao advogado que atue em causa própria não serão devidos honorários de sucumbência.
- d) Não são devidos honorários de sucumbência nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.

33. Sobre as provas no direito processual do trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz ou presidente.
- b) Se a testemunha for funcionário civil ou militar, e tiver de depor em hora de serviço, será requisitada ao chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.
- c) A testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não poderá prestar depoimento em decorrência do impedimento ou suspeição.
- d) As testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas.

34. Considerando as súmulas editadas pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Incumbe à parte o ônus de provar, quando da interposição do recurso, a existência de feriado local que autorize a prorrogação do prazo recursal (art. 1.003, § 6º, do CPC de 2015). No caso de o recorrente alegar a existência de feriado local e não o comprovar no momento da interposição do recurso, cumpre ao relator conceder o prazo de 5 (cinco) dias para que seja sanado o vício (art. 932, parágrafo único, do CPC de 2015), sob pena de não conhecimento se da comprovação depender a tempestividade recursal;
- b) Na ação rescisória, o que se ataca é a decisão, ato oficial do Estado, acobertado pelo manto da coisa julgada. Assim, e considerando que a coisa julgada envolve questão de ordem pública, a revelia não produz confissão na ação rescisória.



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ARAÇATUBA

Rua Maurício de Nassau, 1191 – CEP 16050-480 – Fone: (18) 3623-8098 – ARAÇATUBA – SP

C.N.P.J. 44.417.764/0001-52 LEI MUNICIPAL 1.306/67

c) Sob a vigência do CPC de 2015 (art. 966, inciso VII), para efeito de ação rescisória, considera-se prova nova a cronologicamente velha, já existente ao tempo do trânsito em julgado da decisão rescindenda, mas ignorada pelo interessado ou de impossível utilização, à época, no processo.

d) A partir de 26.06.2017, para a concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa natural ou pessoa jurídica, basta a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado, desde que munido de procuração com poderes específicos para esse fim (art. 105 do CPC de 2015)

35. Sobre o procedimento sumaríssimo, assinale a alternativa INCORRETA:

a) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

b) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

c) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado;

d) As demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única, sob a direção de juiz presidente ou substituto, que poderá ser convocado para atuar simultaneamente com o titular.

36. Sobre a liquidação nos processos trabalhistas, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal.

b) A liquidação não abrangerá o cálculo das contribuições previdenciárias devidas.

c) Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

d) Tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz poderá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários com observância, entre outros, dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

37. Das decisões judiciais nos processos trabalhistas são cabíveis os seguintes recursos, exceto:

a) Agravo

b) Recurso Ordinário

c) Recurso de Revista

d) Mandado de Segurança

38. A inexistência de citação válida em um processo trabalhista resultará em:

a) mera irregularidade

b) anulabilidade dos atos processuais supervenientes

c) nulidade absoluta dos atos processuais supervenientes

d) preclusão

39. Sobre os benefícios da justiça gratuita no processo trabalhista, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo.

b) O benefício da justiça gratuita poderá ser concedido para pessoas físicas e jurídicas que comprovarem a hipossuficiência econômica.

c) É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

d) Tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá subsidiariamente pelo pagamento das custas devidas.



40. Sobre as partes, seus procuradores e honorários advocatícios nos processos trabalhistas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nos dissídios coletivos é obrigatória aos interessados a assistência por advogado.
- b) Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final.
- c) São devidos honorários de sucumbência na reconvenção.
- d) A constituição de procurador com poderes para o foro em geral poderá ser efetivada, mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.

41. Sobre a responsabilidade por dano processual nos processos trabalhistas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- b) Quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juízo condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.
- c) De ofício ou a requerimento, o juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
- d) Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como reclamante, reclamado ou interveniente.

42. Sobre a reclamação trabalhista, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A reclamação trabalhista poderá ser escrita ou verbal.
- b) Sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, se se tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento.
- c) A reclamação poderá ser apresentada pelos empregados e empregadores, pessoalmente, ou por seus representantes, e pelos sindicatos de classe, bem como por intermédio das Procuradorias Regionais da Justiça do Trabalho.
- d) Oferecida a contestação, ainda que eletronicamente, o reclamante poderá, sem o consentimento do reclamado, desistir da ação.

43. Sobre os recursos nos processos trabalhistas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora.
- b) O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
- c) Os embargos de declaração suspendem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura.
- d) Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

44. Considerando as súmulas editadas pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, não importa arquivamento do processo.
- b) A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença.
- c) Quando não juntada a ata ao processo em 48 horas, contadas da audiência de julgamento (art. 851, § 2º, da CLT), o prazo para recurso será contado da data em que a parte receber a intimação da sentença.
- d) Cabe mandado de segurança de decisão judicial transitada em julgado.



45. Sobre a responsabilidade por dano processual, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como reclamante, reclamado ou interveniente.
- b) De ofício ou a requerimento, o juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
- c) Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- d) A execução da multa por litigância de má-fé dar-se-á em incidente processual próprio para esta finalidade.

46. Sobre as exceções de suspeição ou incompetência no processo trabalhista, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, salvo, quanto a estas, se terminativas do feito, não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes alegá-las novamente no recurso que couber da decisão final.
- b) Decidida a exceção de incompetência territorial, o processo retomará seu curso, com a designação de audiência, a apresentação de defesa e a instrução processual perante o juízo competente.
- c) Nas causas de jurisdição da Justiça do Trabalho não se admite o processamento das exceções de suspeição ou incompetência.
- d) juiz, presidente ou vogal, é obrigado a dar-se por suspeito, e pode ser recusado, por inimizade pessoal, amizade íntima, parentesco por consaguinidade ou afinidade até o terceiro grau civil ou interesse particular na causa, em relação à pessoa dos litigantes:

47. Sobre os conflitos de jurisdição na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É permitido à parte interessada suscitar conflitos de jurisdição quando já houver oposto na causa exceção de incompetência.
- b) Dar-se-á conflito de jurisdição quando ambas as autoridades se considerarem competentes;
- c) Dar-se-á conflito de jurisdição quando ambas as autoridades se considerarem incompetentes;
- d) No ato de suscitar o conflito deverá a parte interessada produzir a prova de existência dele.

48. Sobre os embargos à execução e sua impugnação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.
- b) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 15 (quinze) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exeqüente para impugnação.
- c) Considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.
- d) A exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.

49. Sobre o agravo de instrumento nos processos trabalhistas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É irrecurável a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria.
- b) No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 30% (trinta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- c) O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença.
- d) Não cabe agravo de instrumento nos processos trabalhistas.

50. Considerando as súmulas editadas pelo STF – Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não se conhece do recurso de revista, nem dos embargos de divergência, do processo trabalhista, quando houver jurisprudência firme do Tribunal Superior do Trabalho no mesmo sentido da decisão impugnada, salvo se houver colisão com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ARAÇATUBA

Rua Maurício de Nassau, 1191 – CEP 16050-480 – Fone: (18) 3623-8098 – ARAÇATUBA – SP

C.N.P.J. 44.417.764/0001-52 LEI MUNICIPAL 1.306/67

- b) No cálculo da indenização por acidente do trabalho inclui-se, quando devido, o repouso semanal remunerado.
- c) Para efeito do adicional de insalubridade, a perícia judicial, em reclamação trabalhista, não dispensa o enquadramento da atividade entre as insalubres, que é ato da competência do Ministro do Trabalho e Previdência Social.
- d) Cabe recurso extraordinário com fundamento no art. 101, III, *d*, da Constituição Federal, quando a divergência alegada for entre decisões da Justiça do Trabalho.